

Aventura

Sozinhos no fim do mundo



Longe de tudo, fiscais de parques sofrem ameaças, ganham pouco. E gostam do que fazem

Ricardo Villela, da Lagoa do Peixe

Sem a ajuda de ninguém, Benjamin Dias da Silva toma conta de uma área verde quase do tamanho do município de São Paulo. Maurizélia Brito passa semanas isolada a 266 quilômetros da costa numa ilha sem banheiro, em que até para escovar os dentes é preciso usar a água do mar. Rosa Lia Castro já sofreu ameaças de morte de garimpeiros, encarou fazendeiros poderosos e espantou caçadores. Silva, Maurizélia e Rosa trabalham em unidades de conservação do Ibama. Fazem parte de um grupo formado por biólogos, ecologistas e apaixonados pela natureza que abriram mão da vida cômoda das cidades, de carreiras profissionais mais promissoras e foram viver em meio a paisagens exuberantes e conforto zero. Nem o salário compensa. Um chefe de parque ganha em média 1 600 reais. “É uma troca”, diz Leonardo Tortoriello, chefe do Parque

Nacional da Lagoa do Peixe, no Rio Grande do Sul. “Abro mão de algumas vantagens da vida urbana, mas faço o que gosto e trabalho num lugar que é um paraíso.”

Tortoriello tem por obrigação manter intacta uma área de 34 400 hectares. Além de importante para o equilíbrio dos ecossistemas marinho e costeiro da região, no Parque da Lagoa do Peixe há mais de 200 espécies de aves. Pescadores, fazendeiros e alguns veranistas com casas ilegais dentro do Parque personificam em Tortoriello toda a culpa pelas restrições que sofrem para usar e ter acesso ao local. Para enfrentar os descontentes, ele conta com a ajuda de dois fiscais, dois Toyota e um bugue. São constantes as perseguições motorizadas sobre dunas atrás dos caminhões de pescadores e receptadores de camarão durante a piracema. Numa certa ocasião, no ano passado, Tortoriello levou a pior. Com a ajuda de soldados da Brigada Florestal, retirou redes armadas no canal que liga a



O longínquo Atol das Rocas e sua protetora Maurizélia: barco virado por pescadores e volta a nado

lagoa ao mar. “Eram duas irregularidades: o uso de rede e a pesca no canal, que serve de passagem para os camarões chegarem à lagoa”, explica. O chefe do parque foi cercado por seis pescadores revoltados. Um deles se exaltou e acertou-lhe um soco. Saldo: um tombaço e duas costelas quebradas. “Felizmente, hoje estamos conseguindo resolver os conflitos conversando”, afirma Tortoriello.

Falta gente — Entre reservas biológicas, parques nacionais e estações ecológicas, o Brasil tem 91 unidades de conservação federais que cobrem 2% do território nacional. No papel, são terras que passaram para as mãos do governo depois da indenização de seus antigos proprietários e hoje contam com uma infra-estrutura voltada para preserva-

ção, pesquisa e, no caso dos parques, turismo. Na realidade, segundo um estudo feito pela organização não governamental WWF com o apoio do próprio Ibama, 75% dessas áreas se encontram em estado precário, ou seja, não atendem aos objetivos a que se propõem. Parte dessa situação deve-se à falta de mão-de-obra. O Ibama tem 1 000 fiscais, um sexto do que considera necessário. Outro problema é que, entre os poucos na função, existem ainda os desonestos. Muitas vezes, eles aparecem envolvidos em denúncias sobre escândalos no órgão. Contribuem assim para dificultar o trabalho da parcela correta que tem de lutar contra a falta de gente, apoio e material no cumprimento de suas obrigações.

Para cuidar dos 65 500 hectares de cânions e cachoeiras, Rosa Lia Castro, chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, faz as vezes até de bilheteira. Os maiores perigos à frente de um parque, contudo, ela enfrentou em outra chapada, a Diamantina, na Bahia, onde trabalhava até o ano passado. Depois de uma operação em que os garimpeiros de diamante foram expulsos da reserva, ela recebeu ameaças de morte e teve de esconder-se por um mês em Salvador. "Naquela época,

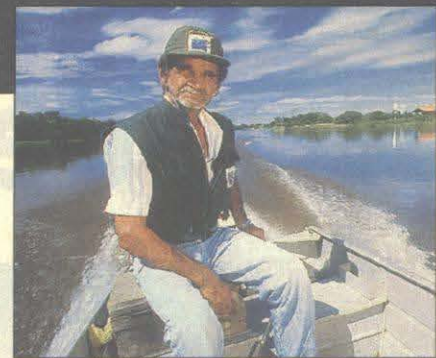
não tinha diálogo possível com os garimpeiros", conta. "Só me restou sair da chapada por um tempo."

O mato-grossense Benjamin Dias da Silva é o único fiscal do Ibama no Parque Nacional do Pantanal. Ele cuida, desde 1981, de 135 000 hectares, quase o tamanho do município de São Paulo. A área, coberta de água e mata na fronteira do Brasil com a Bolívia, é tão grande que para ir da extremidade sul do parque à divisa norte, numa extensão de 140 quilômetros, Benjamin leva um dia inteiro de viagem. Seu equipamento se resume

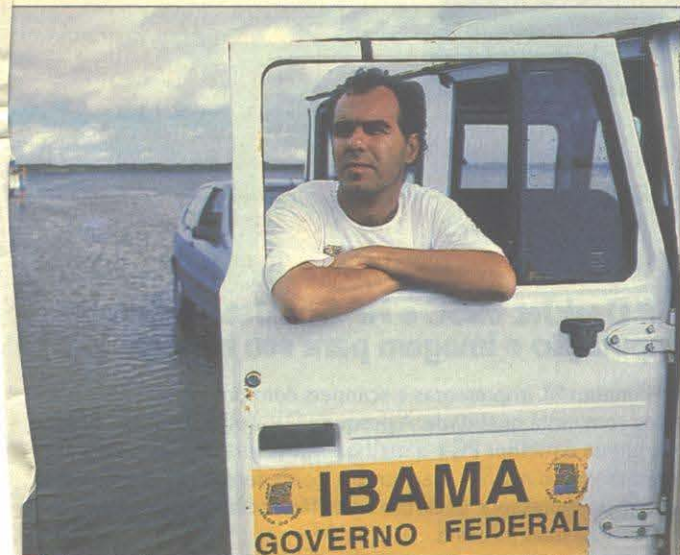
No Pantanal, Silva toma conta de uma área do tamanho de São Paulo: medo de morrer

ao barco a motor, uma espingarda, um facão e um aparelho de rádio-comunicação. É uma fiscalização de faz-de-conta. "Aqui tem muito pescador e caçador ilegal, mas eu não prendo nem muito ninguém", avisa. "Se fizer isso, eles me matam, jogam o corpo no mato e nunca ninguém ficará sabendo o que aconteceu comigo."

Um aspecto curioso da profis-



FREDERIC JEAN



ENISON VARA

Fortoriello na Lagoa do Peixe: costelas quebradas

são de fiscal do Ibama é que, em geral, eles sofrem mas gostam do que fazem. "Eu não trocaria esse emprego por nenhum outro", diz Maurizélia Brito, chefe da Reserva Biológica do Atol das Rocas. Para chegar a seu posto de trabalho, ela viaja de 25 a quarenta horas num veleiro carregando 600 litros de água potável, bujões de gás e quilos e mais quilos de alimentos. O Atol das Rocas, duas ilhas cercadas por arrecifes a 266 quilômetros de Natal, é um viveiro perfeito para tartarugas marinhas, peixes e crustáceos, mas para o ser humano é um lugar totalmente inóspito. Não tem água doce nem sombra. Maurizélia e os pesquisadores que costumam acompanhá-la ficam numa pequena cabana para quatro pessoas, sem banheiro. Até o banho é com água do mar. Mesmo o isolamento, no entanto, pode ser perigoso. Maurizélia sempre anda armada, mas isso não impediu que há dois anos alguns pescadores jogassem a embarcação de 18 metros em que estavam para cima de seu bote inflável, no momento em que ela se aproximava para expulsá-los da reserva. O bote virou e Maurizélia teve de voltar a nado para a ilha. ■